



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	11788/2023
Data do Início	07/06/2023
Folha	07
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 11788/2023, Pregão Presencial 14/2023**

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de mão de obra, todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, a serem executados nas dependências das Unidades Escolares do Município de Maricá e em todos os prédios administrados pela Secretaria de Educação.

À D. Procuradoria,

A empresa **INOVAX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

## **II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante questiona:

I- O item 10.4 do Termo de Referência.

## **III – DO MÉRITO**

Em suas razões, a impugnante alega que o edital do certame supracitado contém previsões contrárias à legislação que disciplina os procedimentos licitatórios, visto que possui exigências injustificadamente restritivas que prejudicam a competitividade e isonomia entre os participantes da licitação pública.

Sobre esse questionamento, cumpre destacar que o item 10.4 do Termo de Referência, mencionado pela impugnante, foi observado e suprimido pela Secretaria de Educação de forma voluntária na mesma data da interposição da impugnação, tendo sido inclusive publicado em jornal de grande circulação no dia 07/06/2023 com reabertura de prazo.

## **IV – DA CONCLUSÃO**

Esta especializada decide conhecer a impugnação, porém, tendo em vista o questionamento trazido pela empresa já ter sido reformado, não há mais mérito a ser julgado.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Douta Procuradoria Geral do Município e, em seguida, à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 12/06/2023

**Maria Lúcia Cardoso Travassos**  
Mat. 111.813

De acordo,

**Flávia Maria Nogueira Mattos**  
Pregoeira  
Mat. 109.262